



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

4ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 20.10.2021

Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00417/2020-88

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Requerente: José Antonio Carvalho Barboza

Advogado: Domingos Savio Moura Rebelo – OAB/RR n.º 185-A

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessados: Carlos Fábio Braga Monteiro; Leda Mara Nascimento Albuquerque

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Excesso de prazo. Apuração. Irregularidades em processo de dispensa de licitação realizada pela Prefeitura do Município de Itacoatiara. Contratação de serviço de limpeza pública.

Presidente da Sessão: Antônio Augusto Brandão de Aras

Secretário-Geral: Jaime de Cassio Miranda

Decisão: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na presente Representação por Inércia ou Excesso de Prazo para determinar a realização de Correição Extraordinária pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, com o objetivo de averiguar a tramitação do PIC nº 003/2019 e as razões da demora na condução do PIC nº 7.778/2017, com o respectivo encaminhamento de suas conclusões ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do voto do Relator. Não votaram, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante indicado pelo Superior Tribunal de Justiça e o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual